

Liberdade Religiosa: Um Direito de Todos

A oferta do curso atende à demanda apresentada pelo **Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TJRS**, tendo sido compartilhado pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – MG para o CJUD. Portanto, o conteudista desse curso é o TRT3-MG enquanto o CJUD permanece como certificador da ação formativa. A formação está diretamente alinhada às diretrizes da Resolução CNJ nº 440, de 7 de janeiro de 2022, que estabelece a **Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário e à promoção da equidade de gênero, raça e diversidade no âmbito do Poder Judiciário**. A liberdade religiosa, além de ser um direito fundamental previsto na Constituição Federal, constitui pilar essencial para a construção de uma sociedade plural, democrática e inclusiva. Entretanto, o racismo religioso permanece como um desafio persistente, manifestando-se em diferentes contextos sociais e institucionais, inclusive no mundo do trabalho. Nesse cenário, a capacitação dos agentes do sistema de justiça é fundamental para promover o respeito à diversidade religiosa, identificar e coibir práticas discriminatórias e efetivar os direitos humanos.

MODALIDADE

EaD-Autoaprendizagem¹

CARGA HORÁRIA

20 horas

DISPONIBILIDADE²

60 dias para concluir

PÚBLICO-ALVO

Magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e residentes jurídicos.

CERTIFICADO

Para emitir, conclua o curso com média final mínima de 7,0 e acesso integral a todos os materiais.

INSTRUTORAS

- Fernanda da Silva Santos
- Lavini Castro

AVALIAÇÃO

Atividades avaliativas sobre os conteúdos do curso, disponibilizadas no ambiente virtual e com duas chances de alcançar a média.

OBJETIVO

Ao final do curso, o(a) aluno(a) será capaz de promover o respeito à diversidade religiosa no cotidiano e na esfera institucional, frustrando possíveis violações dos direitos humanos, no contexto da laicidade do Estado brasileiro.

CONTEÚDO

Breve resgate histórico do Brasil – contexto sócio-histórico. Letramento racial para o combate ao racismo religioso. Religioso: ser político e jurídico. Direito à liberdade religiosa e o mundo do trabalho: *advocacy* e litigância estratégica. O combate ao racismo religioso: órgãos, políticas e legislação

¹ A modalidade EAD-Autoaprendizagem não tem tutoria e tira-dúvidas de conteúdo.

² Prazo que o curso ficará disponível para conclusão a partir da inscrição, não é prorrogável.

O aluno poderá apresentar recurso em até 5 dias úteis após a divulgação do resultado, e a análise será realizada no mesmo prazo.



E faça também parte da

COMUNIDADE

